



SAÚDE DO ADOLESCENTE: FATORES DE VULNERABILIDADE PARA INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS

ALICE ESTIVALETE PENNO; BIANCA GIROTTI PASETTI; GABRIELA TAGLIAPIETRA HARTMANN; GISELE KARLEC JACOBS; JÚLIA SPULDARO RABUSKE

RESUMO

Introdução: A adolescência é uma fase crucial de desenvolvimento individual e funcional, sendo muitas vezes influenciada por relações e exemplos do ambiente em que o jovem está inserido. Tendo em vista que o número de brasileiros portadores de infecções sexualmente transmissíveis vem aumentando demasiadamente e a adolescência é um período de risco para essas doenças, torna-se imprescindível analisar quais os fatores de vulnerabilidade dos adolescentes a essas infecções, além de buscar métodos eficazes de conscientização e prevenção por meio da educação. **Objetivo:** Analisar e descrever os fatores de vulnerabilidade dos adolescentes em relação às infecções sexualmente transmissíveis e a importância da educação como medida preventiva. **Método:** Revisão de literatura a partir da análise de artigos, em português ou inglês, obtidos de forma gratuita nas plataformas Medline e Scielo, dos anos de 2004 a 2023. **Resultados:** Fatores como o início precoce da atividade sexual contribuem para tornar a população jovem mais suscetível às infecções sexualmente transmissíveis, já que expõem os indivíduos a um período de atividade prolongado e a um maior número de parceiros. Somado a isso, determinantes sociais e o consumo de álcool e drogas também representam importantes marcadores de vulnerabilidade, além da falta de orientação em ambientes escolares, domiciliares e na mídia, que contribui para o despreparo dos jovens. Dessa forma, a prevenção e orientação tornam-se essenciais no controle dessas infecções, sendo preconizado pelo Ministério da Saúde o uso de preservativos, a realização de imunizações, a testagem regular, o tratamento para pessoas com HIV, o acesso a métodos anticoncepcionais, entre outras medidas. Apesar do preservativo ser o método mais difundido de prevenção contra essas infecções, algumas podem ser prevenidas por meio da imunização ativa, sendo crucial a manutenção de altas taxas de cobertura vacinal na adolescência. **Conclusão:** A vulnerabilidade dos adolescentes em relação à atividade sexual, prevenção de ISTs e anticoncepção representa um significativo risco para o aumento de doenças. A falta de conhecimento sobre práticas sexuais seguras aumenta os riscos da transmissão de doenças, reforçando a necessidade de políticas centradas na saúde do adolescente para ampliar e readequar as informações disponíveis.

Palavras-chave: Atividade sexual; Adolescência; Fatores de risco; Doenças; Prevenção

1 INTRODUÇÃO

A adolescência, período dos 12 aos 18 anos ou dos 10 aos 19 anos, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente e com a Organização Mundial da Saúde (OMS),

respectivamente, é uma fase de intenso desenvolvimento funcional e individual (SILVA *et al*, 2014). Independentemente dos pormenores cronológicos, a adolescência é considerada a transição entre a infância e a idade adulta, etapa marcada por alterações hormonais que são acompanhadas de uma transformação corporal e do início do comportamento sexual, muitas vezes precocemente. No contexto psicológico, o adolescente busca a identidade adulta, apoiando-se nas relações e exemplos com os quais convive (BRÊTAS *et al*, 2011).

Dessarte, nessa fase de extrema vulnerabilidade social e sexual, destaca-se a importância da discussão dos fatores de risco e implementação de políticas preventivas para as infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) entre adolescentes. O objetivo deste estudo é, portanto, descrever os fatores de vulnerabilidade relacionados às ISTs em adolescentes e a importância da educação como forma de prevenção.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma revisão descritiva da literatura realizada no período de novembro de 2023 e fevereiro de 2024. As bases de dados utilizadas foram Medline (National Library of Medicine) e Scielo (Scientific Electronic Library Online). A terminologia de base para a busca foi: “Saúde sexual”, “Infecções sexualmente transmissíveis”, “Adolescência”, “Fatores de risco”, “Prevenção” e “Vulnerabilidade”. Foram incluídos os artigos completos disponíveis para consulta gratuita na versão online; artigos em inglês ou português; no período compreendido entre os anos de publicação 2004 a 2023; que abordassem o conteúdo estudado e que respondessem a seguinte questão de pesquisa “Quais os principais fatores de vulnerabilidade para infecções sexualmente transmissíveis na adolescência?”.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Epidemiologia ISTs entre adolescentes

As ISTs são reconhecidas como uma das questões de saúde pública mais prevalentes em escala global, sendo estimado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) mais de 1 milhão de novos casos diariamente em todo o mundo (SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA, 2018). Dentre a população afetada, sobressai-se especialmente o grupo de jovens, com destaque para a faixa etária dos 15 a 49 anos (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2019). No Brasil, os boletins epidemiológicos do Ministério da Saúde revelam um crescimento nas notificações de casos de ISTs entre brasileiros, especialmente com aumento na taxa de detecção de HIV nas idades entre 15 e 24 anos (GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, 2021).

Mesmo com uma incidência significativa, estima-se que o número real de casos seja superior ao registrado nas notificações, visto que, dentre todas as ISTs, apenas sífilis e HIV possuem notificação compulsória. Além disso, muitos indivíduos infectados procuram tratamento em farmácias em oposição a Unidades de Saúde, dificultando o registro do caso (TAQUETE *et al*, 2004). Esta disparidade entre incidência e notificações destaca a necessidade de estratégias mais abrangentes para monitoramento e prevenção, especialmente nas populações abertamente vulneráveis.

3.2 Fatores de vulnerabilidade

A adolescência é comumente marcada pelo início da vida atividade dos indivíduos, nesse sentido, é o marco inicial da suscetibilidade às ISTs, principalmente quando as relações sexuais são iniciadas sem a devida orientação aos adolescentes. Ainda nesse viés, alguns fatores são determinantes para uma maior vulnerabilidade a essas doenças, a exemplo do início precoce da atividade sexual, já que o indivíduo fica exposto a um longo período de atividade e maior número de parceiros. Esse início precoce reflete em um perfil

comportamental de risco, que inclui o não uso de preservativo, sujeitando-o à contração de ISTs. Além disso, os determinantes sociais também são importantes marcadores de vulnerabilidade, destacando-se a escolaridade, estrutura familiar, condições socioeconômicas (COSTA *et al*, 2019). Outros fatores que compõem o perfil comportamental de risco são o consumo de álcool, tabaco e outras drogas, principalmente porque ocorrem em contextos de maior exposição ao risco sexual, como o não uso de preservativo e a prática relações sexuais sob efeito de substâncias (DUARTE DE SALES *et al*, 2020).

3.3 Conhecimento dos adolescentes sobre o tema

A educação e informação consistem no maior meio de proteção e manutenção da saúde dos adolescentes. Desse modo, o despreparo dos jovens para lidar com os aspectos relacionados ao início da atividade sexual e aos riscos de ISTs está fortemente relacionado à falta de orientação fornecida em ambiente escolar, domiciliar e na mídia em geral (ALMEIDA *et al*, 2017). Nesse sentido, a falta de conhecimento diante das questões relacionadas à vida sexual torna o adolescente suscetível à contração de doenças venéreas, assim como à ocorrência de gravidez indesejada (SILVA *et al*, 2014).

Tal falta de orientação, muitas vezes, cria déficits de conhecimento sobre o processo de transmissão das doenças, colaborando para as práticas sexuais não seguras. No cenário brasileiro, houve queda no uso do preservativo e na orientação sobre prevenção de gravidez nas escolas públicas, especialmente nas regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste. Frequentemente, adolescentes que acabaram de iniciar as atividades sexuais não detêm o conhecimento necessário sobre a forma correta de uso de preservativo e métodos contraceptivos, sendo comum a presença de ideias equivocadas sobre os assuntos (CASTRO *et al*, 2023). Assim sendo, políticas centradas na saúde do adolescente são necessárias para a ampliação e readequação das informações e orientações disponíveis para o público alvo (SILVA *et al*, 2014).

3.4 Prevenção das ISTs

O Ministério da Saúde recomenda a prática do “sexo seguro” para a prevenção ISTs, que consiste em usar preservativo, imunizações, conhecer o status sorológico (HIV - Vírus da Imunodeficiência Humana) do (s) parceiro (s) sexuais, testagem regular, tratar todas as pessoas vivendo com HIV, realizar exame preventivo de câncer de colo uterino, realizar profilaxia pré e pós exposição e conhecer e ter acesso aos métodos anticoncepcionais (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020).

Uma das grandes estratégias de prevenção para ISTs é a testagem. Infelizmente, essas doenças são estigmatizadas, fazendo com que a maioria dos indivíduos não realizem testes por medo dos resultados ou simplesmente por estarem assintomáticos. Nesse sentido, algumas metas são estabelecidas para identificar esses portadores, como a testagem de grupos de risco, testagem de rotina nos serviços de saúde e a notificação de parceiros sexuais. Uma vez que os pacientes com ISTs são identificados e tratados, o risco de contaminação é significativamente reduzido (SWENDEMAN & ROTHERAM, 2010).

A internet revolucionou o mercado da saúde, trazendo a possibilidade de criação de aplicativos de saúde móvel, conhecidos como *mHealth*, que auxiliem na manutenção da saúde populacional como um todo. Os aplicativos carregam grande potencial de disseminação de informações, além de permitir ao usuário oportunidades como localização de serviços de saúde, conteúdos sobre doenças e formas de transmissão e prevenção. Nesse sentido, aplicativos dão grande aliados na prevenção de ISTs, especialmente entre os adolescentes, faixa etária muito familiarizada com a tecnologia (SALES & SILVA, 2020).

3.5 Vacinação

Embora o método mais difundido de prevenção contra as IST 's seja o uso de preservativo, algumas delas podem e - devem - ser prevenidas pela imunização ativa. Como é o caso do Papiloma vírus humano (HPV) e da Hepatite B, ambas doenças sexualmente transmissíveis que podem ser prevenidas por meio da vacinação, disponibilizada de forma gratuita pelo Sistema Único de Saúde (SUS) (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020). O HPV é causador de verrugas anogenitais, além de ser o grande responsável pela morte de inúmeras mulheres devido ao câncer de colo de útero. Já o vírus da Hepatite B é causador de uma doença crônica que leva à cirrose hepática e suas complicações. Entretanto, a adesão à imunização do público alvo, os adolescentes (entre 9 e 13 anos, no caso da vacinação contra o HPV) ainda é insatisfatória, uma vez que existem inúmeros fatores que corroboram para a resistência à vacinação. (VIEGAS, S. M. DA F, et al, 2019)

A desinformação é um dos principais aspectos no que se refere à vacinação contra o HPV. Grande parte do público alvo não possui o conhecimento sobre a vacina, seus efeitos de proteção no organismo, nem mesmo conhece o calendário vacinal. É evidente que a falta de informações gera o sentimento de medo e resistência à imunização, tanto por parte dos adolescentes, como de seus responsáveis legais que, idealmente, deveriam conscientizá-los, junto da escola e da ESF, sobre os benefícios da vacinação. (SANTOS, M. A. P. DOS. et al, 2021)

Ademais, a escolaridade e o fator econômico interferem de forma significativa na adesão às campanhas de vacinação. (SANTOS, M. A. P. DOS. et al, 2021). A pobreza e outras desigualdades sociais levam à vulnerabilidade do jovem às diversas situações e aos comportamentos de risco que potencializam as chances de infecção pelo HPV, bem como outras infecções sexualmente transmissíveis. O adolescente, ao residir em uma área considerada de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) acaba sendo marginalizado, ou seja, é mais propenso à exclusão do acesso aos recursos de informação e saúde. Fato que colabora para baixa adesão à vacinação e justifica os índices de vulnerabilidade às IST 's. (COSTA, M. I. F. DA, *et al*, 2020)

A manutenção de índices de cobertura vacinal elevados, embora desafiadores, faz-se necessária. Tendo em vista que a adolescência é uma faixa etária em que o indivíduo fica suscetível aos fatores de risco, como relações sexuais desprotegidas, consumo de álcool e outras drogas, multiplicidade de parceiros sexuais, além da falta de discernimento quanto a consequências de suas ações. Portanto, a vacinação deve ser incentivada para barrar o avanço das IST's, bem como desfechos desfavoráveis para a saúde dos jovens brasileiros. (GALVÃO, M. P. S. P., et al, 2022)

3.6 O papel da APS e dos profissionais de saúde

A Atenção Primária à Saúde é a porta de entrada do SUS, a partir do momento que identifica as dificuldades, por meio do primeiro atendimento, e integra o paciente na rede de saúde brasileira. Contudo, a falta de procura dos adolescentes pela APS é significativa. Essa falta de adesão dos jovens ao serviço de saúde é decorrente de falhas no sistema de cuidado para com esses pacientes. Ou seja, a escassez de atendimento sistematizado - a maioria dos adolescentes chegam à UBS por demanda espontânea - deixa a desejar para resolver os problemas específicos dessa faixa etária, como a vulnerabilidade às IST's. (VIEGAS, S. M. DA F, *et al*, 2019)

O profissional de saúde deve ser capacitado a atender o adolescente de forma integral - sendo a integralidade um dos princípios do SUS, uma vez que a dimensão biopsicossocial do paciente deve ser levada em conta. Além disso, a APS deve se tornar referência de cuidado como um todo para o paciente, de forma a gerar informação e autonomia. Sendo assim, ESF deve possibilitar não só o tratamento, mas também a identificação dos fatores de risco, a conscientização, a prevenção e o seguimento desse paciente. (BARROS, R. P, et al, 2021)

Portanto, os profissionais de saúde devem realizar a abordagem ampliada do paciente. A consulta deve ser destituída de julgamentos de valores morais, em que atitudes autoritárias e crenças pessoais não devem estar presentes nesse momento, visto que o médico deve respeitar os direitos do adolescente. Garantir a imparcialidade é fundamental para fornecer informações sem julgar o paciente. Além disso, o acolhimento é primordial no atendimento humanizado, para a criação de vínculo ser efetiva e o adolescente reconhecer a ESF como lugar de cuidado integral, garantindo o seguimento. (SILVA, R. F, et al, 2020)

4 CONCLUSÃO

A adolescência, etapa de transição entre a infância e a idade adulta, é uma fase repleta de alterações hormonais, transformação corporal e formação da identidade do indivíduo. Ademais, é o momento de início da atividade sexual. Nesse sentido, a vulnerabilidade dos adolescentes no que tange à atividade sexual, prevenção de ISTs e anticoncepção é um grande fator de risco para o aumento da incidência de doenças e de gravidez indesejada. Os principais fatores de vulnerabilidade para a contração de ISTs entre os jovens são o início precoce da atividade sexual, não uso de preservativo, baixo nível de escolaridade, estrutura familiar e consumo de álcool e drogas. Ainda, evidencia-se que grande parte dos adolescentes não detém o conhecimento necessário para o início de uma vida sexual segura, aumentando os riscos de ISTs devido à falta de informação sobre o uso correto de preservativos, formas de transmissão de doenças e anticoncepção. Como prevenção, o Ministério da Saúde preconiza a prática do “sexo seguro”, uma série de medidas que inclui uso de preservativo, imunizações, testagem regular e tratamento dos portadores de doenças. Além disso, novos aplicativos desenvolvidos para a manutenção da saúde são grandes aliados na prevenção de ISTs entre os adolescentes, tendo em vista o alto poder de disseminação de informações.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, R. A. A. S. et al. Knowledge of adolescents regarding sexually transmitted infections and pregnancy. **Revista brasileira de enfermagem**, v. 70, n. 5, p. 1033–1039, 2017.
- BARROS, R. P. et al.. Necessidades em Saúde dos adolescentes na perspectiva dos profissionais da Atenção Primária à Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 2, p. 425–434, fev. 2021.
- BRÊTAS, J. R. DA S. et al. Aspectos da sexualidade na adolescência. **Ciência & saúde coletiva**, v. 16, n. 7, p. 3221–3228, 2011.
- CASTRO, L. DA C. et al. Prevalence of sexual initiation and associated factors in school adolescents in Piauí, Brazil, 2015. **Epidemiologia e serviços de saúde: revista do Sistema Único de Saúde do Brasil**, v. 32, n. 1, 2023.
- COSTA, M. I. F. DA et al. Social determinants of health and vulnerabilities to sexually transmitted infections in adolescents. **Revista brasileira de enfermagem**, v. 72, n. 6, p. 1595–1601, 2019.
- DUARTE DE SALES, J. K. et al. Fatores de risco associados ao comportamento sexual de adolescentes. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, n. 49, p. e3382, 2020.
- GALVÃO, M. P. S. P., et al, 2022. Knowledge, attitudes, and practices of adolescents

regarding human papillomavirus. **Revista de Saúde Pública**, v. 56, p. 12, 2022.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. **Panorama das notificações de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) entre jovens do Distrito Federal**. Brasília (DF), 2021. 59p. Disponível em: <https://www.codeplan.df.gov.br/>

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Protocolo clínico e diretrizes terapêuticas para atenção integral às pessoas com infecções sexualmente transmissíveis (IST)**. Brasília (DF), 2020. 250p. Disponível em: https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/wp-content/uploads/2020/08/pcdt_ist_final_revisado_020420.pdf

SALES, R. O. DE; SILVA, R. M. DA. mHealth na prevenção das Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST). **Ciência & saúde coletiva**, v. 25, n. 11, p. 4315–4325, 2020.

SANTOS, M. A. P. DOS, *et al*, 2021. Desconhecimento sobre a campanha de vacinação contra o HPV entre estudantes brasileiros: uma análise multinível. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 12, p. 6223–6234, dez. 2021.

SILVA, M. A. I. et al. Vulnerabilidade na saúde do adolescente: questões contemporâneas. **Ciência & saúde coletiva**, v. 19, n. 2, p. 619–627, 2014.

SILVA, R. F, et al, 2020. Atenção integral à saúde do adolescente pela Atenção Primária à Saúde no território brasileiro: uma revisão integrativa. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 24, p. e190548, 2020.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. **Guia prático de atualizações: Infecções Sexualmente Transmissíveis na Adolescência**. São Paulo (SP), 2018. 16p. Disponível em: <https://www.sbp.com.br/>

SWENDEMAN, D.; ROTHERAM-BORUS, M. J. Innovation in sexually transmitted disease and HIV prevention: Internet and mobile phone delivery vehicles for global diffusion. **Current opinion in psychiatry**, v. 23, n. 2, p. 139–144, 2010.

TAQUETE, S. R. et al. Doenças sexualmente transmissíveis na adolescência: estudo de fatores de risco. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**, v. 37, n. 11, 2004.

VIEGAS, S. M. DA F, *et al*, 2019. A vacinação e o saber do adolescente: educação em saúde e ações para a imunoprevenção. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 2, p. 351–360, fev. 2019.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Estratégia Global do Setor da Saúde sobre Infecções Sexualmente Transmissíveis**. 2019. Disponível em: <https://www.iris.who.int/>